

A linguagem política republicana na Campanha Civilista

ÉRICA SANTOS SZABO*

Marcado por um significativo desenvolvimento da tecnologia e por importantes transformações no campo do pensamento, o século XIX foi atravessado pelo sentimento de mudança e aceleração. A eletricidade iluminava os caminhos da humanidade, a qual, a bordo de trens e navios a vapor, seguia em alta velocidade rumo ao progresso e à civilização.

No Brasil, estas ideias se desenvolveram especialmente a partir da década de 1870, quando a monarquia passou a ser sistematicamente questionada em suas práticas e princípios. Nesta época surgiu o movimento republicano, cujos princípios eram estabelecidos pelo manifesto publicado em 1870; sua principal característica era a imprecisão proposital das propostas, bem como o tom moderado das mesmas. Tal estrutura textual seguia a um objetivo muito claro: abarcar, sob esta nova corrente política, todos aqueles que estivessem descontentes com o Império.

As principais críticas feitas à monarquia eram com relação à proximidade entre o Estado e a Igreja, à permanência do regime escravista e à centralização do poder imperial, proporcionada pelo Poder Moderador e pela pouca autonomia das províncias.

“Para colocar o país no ‘nível do século’ era necessário renovar – ou suprimir – as instituições monárquicas, o que significava atingir o seu sistema simbólico através da cultura. Foi nesse sentido que se deu o repúdio ao romantismo, ao ecletismo, aos clericalismo, ao ensino retórico e jesuítico”¹.

Os anos 1880 foram palco de intensas manifestações políticas e ideológicas ocorridas especialmente na cidade do Rio de Janeiro. Neste período, os princípios republicanos, que haviam se firmado definitivamente na política brasileira após a publicação do Manifesto de 1870, ganharam a companhia do abolicionismo, e passaram a ser discutidos e difundidos não só em panfletos e jornais, mas também em discursos proferidos nos cafés, ou mesmo em praça pública. A prática política deixava de estar

* Mestranda em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

¹ MELLO. Maria Tereza Chaves de. *A república consentida*, p. 121.

confinada aos salões do Congresso e avançava em direção à rua, espaço onde se desenvolvia a opinião pública. Como ressalta Mello,

“A rua foi ressignificada. Adquiriu um sinal positivo como o espaço do uso público da razão – da crítica, nos termos da época – e como o lugar da verdadeira representação popular. A rua passou a disputar, e vantajosamente no final da década, com o Parlamento o *locus* do fazer político, num claro avanço do conteúdo republicano que a experiência do Primeiro Reinado e da Regência hesitou em assumir”²

Cabe ressaltar que, durante a passagem do século XIX para o século XX, a cidade do Rio de Janeiro possuía uma posição de centralidade na cultura e na política nacional, e “o que nela acontecia repercutia no país”³. Sendo assim, a difusão do pensamento republicano se deu forma ampla, e pôde ser percebida nas mais diversas regiões do país, especialmente nas capitais das províncias.

Fundado em 1870, o Partido Republicano buscava, basicamente, combater a centralização política e instaurar um novo sistema de representação no país, através da criação de uma República Federativa. Ele se apresentava com herdeiro de uma tradição política iniciada ainda no século XVIII com a Inconfidência Mineira, e consolidada pela Revolução Pernambucana de 1817.

Outra estratégia de legitimação mobilizada pelo partido foi a sua identificação direta com a tradição americana, a qual seria claramente republicana, como demonstravam os governos independentes dos Estados Unidos e das diversas nações latino-americanas. Desta forma, ele buscava estabelecer um caráter de legitimidade fundado na tradição nacional a qual, ao contrário do que tentava provar o Império, não seria monárquica, e sim republicana.

É importante ressaltar que, especialmente após a segunda metade do século XIX, o progresso se firmou como um dos tópicos fundamentais para o pensamento político, científico e social, configurando-se como uma espécie de “religião leiga”⁴.

² Mello, idem, pp. 29-30.

³ Idem, p. 55.

⁴ NEVES, Margarida de Souza. “Os cenários da república: O Brasil na virada do século XIX para o século XX” in FERREIRA, Jorge s DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*, p. 24

Uma das doutrinas mais difundidas no país neste período foi o positivismo, que conquistou adeptos principalmente entre os militares, e se fundava sobre dois pressupostos básicos: “a evolução escalonada da história e o cientificismo”⁵.

Para esta, a monarquia, caracterizada pela escravidão e pela profunda ligação entre Estado e Igreja, era uma etapa histórica a qual deveria ser superada nos anos seguintes, através do estabelecimento de um governo positivo, onde o poder seria exercido por indivíduos capacitados para guiarem o país rumo à civilização e ao progresso.

Nesta peleja contra o Império e o atraso, o positivismo brasileiro defendia três princípios, os quais estavam presentes no programa da Igreja Positivista, publicado em 1881:

“a) lutar pela transformação política do país de Império em República; b) preparar a separação de Igreja e Estado, mediante a instituição do casamento civil e da secularização dos cemitérios; c) completar a obra de emancipação dos escravos”⁶.

Ainda que não tenham conseguido impor seu modelo de república aos Estados Unidos do Brasil, os discípulos de Augusto Comte exerceram grande influência, senão na prática, ao menos na linguagem política republicana.

“Embora essas ideias não tenham moldado o texto da Constituição de 1891 e o liberalismo tenha afinal definido os termos desse primeiro experimento legislativo republicano, o positivismo instituiu importante repertório de expectativas com relação aos usos da política. A descrição do cidadão republicano esteve associada às qualidades por excelência do sujeito positivista”⁷.

Rui Barbosa, apesar de ser um liberal convicto, manifestava apreço por alguns destes ideais, os quais podem ser sintetizados no zelo pela coisa pública, na valorização da ciência e na renúncia aos benefícios privados.

Pouco antes da oficialização da candidatura do Marechal Hermes da Fonseca à presidência, este, então ministro da guerra, já vinha sendo apresentado por seus aliados como concorrente ao cargo. No entanto, o presidente da república, Sr. Affonso Penna, estava mais empenhado em lançar o nome de David Campista como seu sucessor e solicitou ao ministro que retirasse a sua candidatura, no que foi prontamente atendido.

⁵ Mello, idem, p. 95.

⁶ Idem, p. 97.

⁷ HOLLANDA, Cristina Buarque de. *Modos da representação política: O experimento da Primeira República Brasileira*, p. 75.

Tal episódio foi noticiado pela imprensa carioca como uma grande vitória da ideia de república, e como um ato de abnegação o futuro candidato, já que este havia aberto mão não só de sua candidatura, mas também de seu cargo no ministério.

“Para todos os republicanos que amam com sinceridade as instituições, que procuram ver o poder público prestigiado, que anhelam pela paz e pela tranquilidade dos espíritos, o dia de ontem é um dia memorável, porque os fatos que se passaram, representaram a submissão do chefe da nação à opinião pública, e resultaram em uma vitória, que de futuro servirá de lição, sobre o poder pessoal.”⁸

Para o autor da coluna, um partidário do militarismo, a candidatura de um político apoiado abertamente pelo presidente feria os princípios republicanos, na medida em que afastava o povo do processo de escolha efetiva do seu líder. Além disso, o verdadeiro espírito republicano estaria sendo representado pelo marechal e não por Affonso Penna, já que o militar havia sido capaz de abrir mão do poder que possuía em favor daquilo que era melhor para a nação.

Sendo assim, tomando como base a teoria estabelecidos por Pocock, podemos afirmar que os movimentos intelectuais e políticos de contestação ao regime monárquico surgidos nos anos 1870 e 1880 estabeleceram uma linguagem política comum, a qual pode ser entendida como “uma estrutura complexa que abrange um vocabulário, uma gramática, uma retórica e um conjunto de usos, pressupostos e implicações que existem juntos no tempo”⁹, e que foi compartilhada por um amplo grupo de indivíduos até pelo menos os primeiros anos do século XX.

Eleito deputado em 1878 e candidato à presidência do Brasil no pleito de 1910, Rui Barbosa fazia parte desta comunidade política criada ainda durante o Império, e que tinha como seus princípios mais caros a defesa do republicanismo, do federalismo e da liberdade como elementos fundamentais para o estabelecimento de um regime ordeiro e voltado para o progresso e a civilização.

Apesar de guardarem diferenças marcantes, no Brasil, os conceitos de república e democracia logo se tornaram sinônimos e passaram a ser utilizadas de forma intercambiável em textos e discursos diversos. Apenas alguns poucos intelectuais,

⁸ Jornal *O Paiz*, 16 de maio de 1909 (edição 08990) – “As occurencias de hontem” (pp. 1-2).

⁹ POCOCK, John G.A. “Conceitos e discursos: uma diferença cultural – Comentário sobre o *paper* de Melvin Rechter” in JASMIN, Marcelo Gantus e JUNIOR, João Feres. *História dos conceitos: debates e perspectivas*, p. 83.

dentre os quais o jurista baiano, apontavam para a possibilidade de democratizar a monarquia ao invés de extingui-la. O objetivo principal desta mudança seria modernizar o regime, tornando-o compatível com o seu próprio tempo, e garantindo-lhe assim uma maior sobrevida.

“Em Rui, democracia era uma extensão do liberalismo, ou seja, uma ampliação tanto da representação quanto das liberdades”¹⁰. Sendo assim, a democratização da monarquia seria conquistada através da implementação do federalismo e do respeito ao direito de reunião dos republicanos.

Cabe ressaltar que, ao contrário da imagem de si mesmo construída pelo político baiano, de histórico defensor da república, este advogou em favor da monarquia até poucos meses antes da proclamação, e só se associou aos republicanos quando seu partido, o Liberal, mostrou-se impermeável aos princípios federalistas que defendia.

A campanha presidencial de 1909-1910 pode ser entendida como o primeiro momento em que houve, efetivamente, uma disputa eleitoral no Brasil, graças à suspensão temporária do acordo sucessório vigente no país naquele momento, a chamada “política do café-com-leite”¹¹. Além disso, a campanha também foi palco de uma mudança na correlação de forças da política nacional, trazendo para o primeiro plano da ação dois estados até então considerados de menor importância, a saber, Bahia e Rio Grande do Sul.

A Campanha Civilista se mostrou um momento singular na política brasileira, para a qual o aumento da força da imprensa e a transformação desta em um espaço de expressão da opinião pública, especialmente nas áreas urbanas, foi de grande contribuição.

Isso porque esta se caracterizou como uma disputa política efetiva, na qual cada um dos candidatos se utilizava de métodos diversos para alcançar seus eleitores. Os banquetes e os *meetings* se configuraram como espaços de divulgação de ideais e plataformas de governo, mas a imprensa tinha um papel fundamental, pois dava

¹⁰ Mello, Idem, p. 139.

¹¹ A “política do café-com-leite” seria um acordo extra-oficial estabelecido pelas duas mais importantes oligarquias brasileiras, a de Minas Gerais e a de São Paulo, através do qual ficava estabelecida a alternância entre presidentes da república oriundos dos dois estados.

No entanto, a autora Claudia Maria Ribeiro Viscardi apresenta uma outra abordagem, segundo a qual as duas oligarquias estariam em constante conflito, e não em harmonia como seria de se esperar diante de um tão duradouro acordo.

publicidade aos discursos dos candidatos, além de servir de arena para as disputas entre partidários das duas propostas, a civilista e a militarista.

Além disso, a imprensa permitia que os discursos de ambos os candidatos não se restringissem apenas aos locais por eles visitados. Através dos jornais, Hermes da Fonseca e Rui Barbosa puderam alcançar até mesmo as mais remotas regiões do país, o que seria inviável sem a participação destes, devido às dificuldades logísticas e ao tempo disponível para a campanha.

O tópico da necessidade da separação entre a religião e o Estado, um dos elementos centrais tanto para o liberalismo quanto para o positivismo, foi bastante defendido pelos republicanos. Rui Barbosa, no discurso em que tornou pública a sua plataforma de governo durante a campanha eleitoral de 1910, recuperou sua participação no Governo Provisório e outorgou a si mesmo o posto de responsável pela laicização do Estado brasileiro.

“Católico, no entanto, associei sempre a religião a liberdade, bati-me sempre, no Brasil, entre os mais extremados, pela liberdade religiosa, fui, no Governo Provisório, o autor do ato, que separou a Igreja do Estado, e com satisfação íntima reivindico a minha parte na solução constitucional, que emancipou, em nossa terra, a consciência cristã dos vínculos do poder humano.”¹²

Valorizado desde a criação do Partido Republicano, quando era apresentado como uma consequência direta do regime republicano, o mérito continuou sendo um tópico recorrente na linguagem política republicana.

“A república aparecia a este grupo [signatários do Manifesto Republicano de 1870] também como concretização do ideal norte-americano do *self-made-man*. Este regime teria a capacidade de instituir uma organização mais moderna no mercado e no Estado, ampliando o espaço político e abrindo novas carreiras ao mérito”¹³.

No início de seu discurso mais importante durante a Campanha Civilista, Rui Barbosa ressaltou que, pelos serviços prestados à república desde a sua aurora, e por sua trajetória ilibada como homem público, ele já teria dado mostras de sua capacidade e de seu merecimento para assumir o Executivo Federal.

“Não disputando a esses meus quatro companheiros no Governo Provisório [Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto, Prudente de Moraes e Campos Sales] e na Constituinte

¹² BARBOSA, Rui. “Plataforma” in *Obras Completas*, p. 60.

¹³ ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*, p. 108.

outros merecimentos, de que não presumo, - como coautor na organização de regime posso, todavia, alegar, sem vaidade, que nenhum me excedeu em trabalho, em dedicação, em eficácia; acrescento que, estabelecida a nova forma de governo, nenhum se devotou como eu a lhe pugnar pela sinceridade, insultando-me dos partidos, abstando-me dos contatos oficiais, divorciando-me das alianças transitórias, e rompendo com as situações poderosas, no intuito constante de por a lei acima do arbítrio, a justiça acima das paixões, o direito acima dos interesses, a clemência acima da força, o dever cívico acima das conveniências e do medo, a liberdade acima das ditaduras e das mazorcas. (Palmas prolongadas).”¹⁴

A derrubada da candidatura de David Campista foi apresentada nos jornais como algo positivo, na medida em que esta não refletia os interesses dos estados, e nem mesmo de Minas Gerais, seu estado de origem.

É interessante perceber que, apesar de, na prática, a república brasileira ser marcada pela exclusão do *demos* do processo político, durante a Campanha Civilista a retórica da necessidade de que o governo eleito refletisse os interesses da população, e não apenas da elite política ou de parte dela foi retomada com grande força, como fica claro no trecho a seguir.

“A questão da ‘candidatura do Catete’ ficou perfeitamente esclarecida. Se o nome do Sr. David Campista houvesse sido proposto pelos elementos políticos de Minas e de outros Estados, e o trabalho do Sr. Presidente da República visasse, apenas, amparar a vontade deles, não se julgaria S. Ex. com qualidade e poderes para arredá-lo do debate, nem poderia oferecê-lo em sacrifício a ninguém. A prontidão, porém, com que S. Ex. capitulou, demonstra que de seu exclusivo engenho partira a indicação referida, e o apoio que se alardeava ter ela conquistado por toda a parte, não passava de flatus vocis, da espécie dos que os cabalistas usam para seduzir adesões ariscas.”¹⁵

Um outro tópico bastante revisitado pelos republicanos foi o do interesse. Para eles, o bom governante seria aquele que conseguisse abrir mão de seus interesses pessoais e de classe, em favor da realização de um bem maior, que seria o benefício da nação. Esta argumentação foi particularmente importante durante a Campanha Civilista pois nela residiu um dos fundamentos da crítica feita pelo candidato baiano ao seu adversário. Hermes da Fonseca, um militar de carreira, não seria capaz de superar sua

¹⁴ Barbosa, *idem*, pp. 16-17.

¹⁵ Jornal *O Paiz*, 17 de maio de 1909 (edição 08991) – “A queda do fruto” (p. 1).

filiação às Forças Armadas, e estabeleceria um governo voltado para a realização de interesses particulares, seus e de sua corporação.

Ao mesmo tempo, como já citado anteriormente, o militarismo também fez uso do mesmo argumento quando ressaltou a atitude de Hermes da Fonseca de abrir mão não apenas de sua candidatura, mas também do cargo de ministro da guerra do governo de Affonso Penna, em favor daquilo que acreditava ser o melhor para a nação.

É importante ressaltar que o elemento central sobre o qual se constituiu a retórica civilista foi o respeito à constituição de 1891. Lei fundamental da república brasileira, esta precisava ser reformada para que se tornasse mais adequada às necessidades nacionais, e pudesse cooperar para o avanço da civilização e do progresso, sem deixar de ser, todavia, preservada dos interesses particulares.

“A Constituição de 1891 precisa de ser reformada, para se conservar. As boas instituições não de se conservar, melhorando-se, como as boas construções, refazendo os estragos do tempo, e acomodando-se, com o correr dele, aos novos hábitos e às novas exigências dos seus sucessivos habitantes. De maneira que os verdadeiros conservadores são os amigos da reforma (Apoiados)”¹⁶.

Surgida no final do século XIX, ainda sob o governo monárquico, a linguagem republicana difundiu-se especialmente após a proclamação, e manteve-se ativa até o fim do regime. Partilhada por diversos grupos da elite política brasileira, esta foi marcada pela valorização do exercício desinteressado do poder, que deveria ter como guia para a realização do bem comum os princípios republicanos e liberais.

Sendo assim, a Campanha presidencial de 1909-1910 pode ser entendida como um momento singular para esta linguagem, no qual ela realizou, de forma plena, seu caráter combativo, servindo de veículo para o debate entre ideias distintas, e propiciando a realização de um pleito onde os candidatos efetivamente disputaram um cargo, e não apenas seguiram o protocolo republicano, mas já sabendo quem ocuparia a presidência.

¹⁶ Barbosa, idem, p. 24.

BIBLIOGRAFIA

Fontes primárias

- BARBOSA, Rui. “Excursão Eleitoral” in *Obras completas*. Vol. XXXVIII, tomo I. Ministério da Educação e Cultura: Rio de Janeiro, 1967.
- Jornal *O Paiz*, 16 de maio de 1909 (edição 08990) e 17 de maio de 1909 (edição 08991).

Referências bibliográficas

- ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e terra, 2002.
- FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930*. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. – (O Brasil Republicano; v.1)
- JASMIN, Marcelo Gantus e JÚNIOR, João Feres (orgs.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Edições Loyola: IUPERJ, 2006.
- HOLLANDA, Cristina Buarque de. *Modos da representação política: O experimento da Primeira República Brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009.
- LESSA, Renato. A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.
- MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: Cultura democrática e científica no final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edur), 2007.
- POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. *O Teatro das Oligarquias: uma revisão da política do ‘café-com-leite’*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL